

DA ERÓTICA PASSIONAL AO AMOR OBLATIVO: A AMIZADE SEGUNDO ARISTÓTELES, *ÉTICA A NICÓMACO*

FROM EROTIC PASSION TO OBLATION LOVE: FRIENDSHIP ACCORDING TO ARISTOTLE, *NICOMACHEAN ETHICS**

AMERICO PEREIRA**
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, PORTUGAL

Resumo: Para Aristóteles, a amizade é o acto de necessário mútuo amor que constitui, com seus três níveis, o cimento da «polis», a comunidade política, a «cidade». Pode ser estudada de acordo com as próprias categorias aristotélicas bem como com a teoria da matéria e forma, potência e acto. Este trabalho, depois de analisar o que a amizade é como acto de amor, aplica tais teorias aristotélicas à compreensão da amizade.

Palavras-chave: Aristóteles; amizade; comunidade política.

Abstract: For Aristotle, friendship is the act of necessary mutual love that constitutes, with its three levels, the cement of «polis», the political community, the «city». It may be studied according to Aristotle's own categories as well as with the matter and form, potency and act theory. This paper, after analyzing what friendship is as an act of love, applies those Aristotelian theories to the comprehension of friendship.

Keywords: Aristotle; friendship; political community.

* Artigo recebido em 01/02/2016 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 27/06/2016.

** Doutor em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Membro investigador do CEFi, Centro de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Coordenador da Área Científica de Filosofia da FCH-UCP. E-mail: a.j.p.pereira@fch.lisboa.ucp.pt

A importância do acto de amizade é de tal modo significativa para Aristóteles que este afirma que «[...] ninguém há-de querer viver sem amigos, mesmo tendo todos os restantes bens» (1155a 5).¹ De todas as riquezas possíveis e concretamente realizadas, a amizade é a maior e a única que parece ser imprescindível a uma vida propriamente humana. Se, para o prudente economista que é Aristóteles, mas também para o Aristóteles biólogo, há formas de riqueza que permitem não apenas a mera subsistência humana, ao modo dos demais viventes, mas a sua vida como algo digno de ser vivido como vida própria do ser humano, pensando ele a felicidade possível como uma forma de vida em que as necessárias mediações têm de estar em acto de forma equilibrada, num termo intermédio perfeito entre os excessos extremos, tudo isto deixa de ter grande significado se existir sem que co-exista com a amizade.

O acto de amizade revela-se, assim, como o grande acto propriamente humano, eixo onto-antropológico, ético e político em torno do qual toda a vida humana deve girar, constituindo o seu «logos», a sua finalidade medial e, porventura, a sua finalidade escatológica máxima, se o máximo da eudaimonia, que consiste na contemplação do eterno, tiver em si algo de acto filético. É sabido que, para Aristóteles, o acto-puro/motor-imóvel, que tudo move, tudo faz mover para si, sendo fim último inatingível de toda a natureza – o que se move – não tem com esta qualquer relação que transcenda esta mesma, puramente lógico-metafísica. A perfeita eudaimonia coincide com a perfeita contemplação noética pura do eterno, isto é, do acto-puro/motor-imóvel pelo ser humano. A esta contemplação, acede-se, na linhagem socrática e platónica, que Aristóteles não interrompe, através da prática da filosofia, de que a amizade em acto faz necessária parte.

Assim sendo, o caminho filosófico que leva até à contemplação do eterno e à consequente felicidade máxima é um caminho de amor, de amor à sabedoria (que, em última instância, é o próprio acto-puro/motor-imóvel). Para ser uma relação filética, teria de ser correspondida ao mesmo nível e não é, não pode ser, pois o acto-puro/motor-imóvel, divino, não se relaciona com algo que o transcenda. No entanto, não havendo amizade em acto entre aquele divino e o ser humano, a relação deste com aquele só é possível porque há um motor que a move ultimamente e esse motor é o acto-puro/motor-imóvel.

Tal significa que a teleologia absoluta que é constituída pelo acto-puro/motor-imóvel é *o padrão metafísico da possibilidade de e para qualquer relação de amor*, logo, por maioria de razão, da relação de amor suprema que é a amizade, especialmente a amizade pura.

¹ As citações são retiradas da edição portuguesa: ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, tradução, prefácio e notas de António de Castro Caeiro, Lisboa, Quetzal Editores, 2012; para esta citação, p. 197.

Deste modo, *na amizade pura, cada amigo ama o outro amigo como se este fora o paradigma acto-puro/motor-imóvel* ou não pode sequer começar a amar, pois tem de o amar infinitamente e esta infinitude é dada no e pelo paradigma do acto divino.

O que é a amizade? O original do texto contém a expressão «peri philias»,² quando Aristóteles anuncia que vai tratar da amizade. Anuncia, pois, um tratado «acerca da amizade». Afirmar seguidamente que a «philia» é uma «arete», uma «certa “arete”», ou se faz acompanhar por «arete».³ Então, o que é uma «arete»?

Segundo o dicionário Bailly,⁴ «arete» é «mérite» ou «qualité par quoi l'on excelle», «qualité de l'intelligence, de l'âme», «mérite de l'artisan, de l'homme d'État», em sentido moral, «vertu»: «mérito» ou «qualidade por meio da qual se é excelente», «qualidade da inteligência, da alma», «mérito do artesão, do homem de Estado», «virtude».

Aparentemente estas propostas de tradução apontam todas para um semelhante sentido de ápice de grandeza antropológica, no caso da sua aplicação ao ser humano, se bem que possam ser aplicadas também ao que se considere ser a grandeza positiva própria de outras entidades em sua realização de máximos possíveis. Será tomando tal como certo que a tradução portuguesa que usamos para citar escolhe o termo «excelência» para transportar «arete», neste contexto, para a língua de Camões.

No entanto, não é o mesmo falar de «mérito», que remete necessariamente para o merecimento positivo por algo de grandioso que se realizou, sendo, neste contexto, néscio falar de «mérito negativo», como se de uma grandeza vectorial matemática se tratasse, ou falar de «qualidade por meio da qual se é excelente». O termo «demérito» é bem claro quanto à sua relação com o termo que nega, na relação ontológica de ambos com os actos a que respectivamente se referem.

A «qualidade por meio da qual se é excelente» é algo de neutro: tanto pode ser aplicada a uma actividade que represente algo de humanamente grandioso como a algo de humanamente mesquinho ou mesmo degradante. A qualidade pela qual Sófocles foi o grandioso poeta trágico que foi, a qualidade que fez de Sócrates de Atenas o magnífico ser humano que foi são algo de muito diferente da qualidade que faz da figura modelar do governante proposto por Trasímaco no «Livro I» da *Politeia*⁵ o que é.

² Estas duas são as palavras quarta e quinta da frase que abre o «Livro VIII» da *Ética a Nicómaco*. Cota 1155a.

³ *Ibidem*.

⁴ BAILLY A., *Dictionnaire Grec Français. Rédigé avec le concours d'E. Egger*, Paris, Hachette, [1997], pp. 263-264.

⁵ Interessa todo o «Livro I», entre as cotas 336b e 354c, final deste livro.

Ser excelente não é sinónimo de ser «bom». Pode-se ser excelente a ser uma besta: neste caso, negativamente paradigmático, possui-se a excelência das bestas, o que não será grande coisa. É precisamente o que encontramos na figura ética e política proposta por Trasímaco como «o justo», excelente em ética e política perversões.

A «arete» não é, assim, uma excelência, sem mais, mas a excelência própria do mérito da acção positiva.

Não é o mesmo a «arete» de Penélope, magnificamente recompensada por Atena, ou a «arete» dos pretendentes à profanação de seu corpo, recompensados pelo arco de Odisseu. Não é o mesmo a «arete» de Europa ou a «arete» de Zeus que a violou. Não é o mesmo a «arete» do Odisseu de antes do périplo da nostalgia até Ítaca e de depois desse mesmo périplo. Não é o mesmo a «arete» do Édipo rei em «hybris», a do Édipo cego e proscrito, a do Édipo positivamente sagrado e mandado entrar no santuário das Erínias. Tais exemplos, todos retirados da cultura helénica anterior e coeva a Aristóteles e que este não ignorava, são esclarecedores.

Assim, o sentido antigo de «arete» como isso que diz da grandeza ontológica própria da acção do ser humano parece ser o mais acertado, mantendo intacta a incómoda, mas inalienável, *distinção entre esse que pratica o bem e é mesmo excelente, o que não o faz, senão mediocrementemente, o que não pratica o bem e se remete para o nível bestial de um ser que, podendo ser o detentor do «logos», mais não é do que o seu aviltador.* Lembremo-nos de que Aristóteles é quem define o ser humano como o possuidor do «logos». Sem «logos», é-se uma besta, isto é, um animal irracional, não um ser humano.

A amizade, sendo «arete», é, assim, da ordem da *possibilidade da acção* e da *realidade da acção* que merece ser denominada como *propriamente humana*. A virtude em acto, no acto que é, ou o acto que é acompanhado de virtude não são próprios senão de entes em que o «logos» se dá na forma adequada ao ser humano. As analogias são possíveis, mas podem ser antropologicamente muito nefastas. A falsa amizade com os deuses ou com os cães, por exemplo, será sempre uma forma alienante, pois não respeita o nível próprio de grandeza ontológica implicada pela noção de mérito implicada no acto de amizade.⁶

A amizade é, assim, um acto meritório. Mas actos meritórios há muitos. Então, que acto meritório é este e qual é o seu modo próprio, a sua essência e a sua substância?

⁶ Em Aristóteles, tecnicamente, um ser humano não pode ser amigo senão de um outro ser humano, de um outro ser humano ontológica, ética e politicamente semelhante. Não no verdadeiro sentido de amizade. Pode ser-se “amigo” como relação de utilidade ou de gozo, que não são formas de verdadeira amizade. Não posso, portanto, ser amigo de um cão ou de um deus. Neste sentido, em termos cristãos, não posso ser amigo do Deus como Pai ou do Deus como Espírito Santo, absolutamente transcendentais, mas posso ser amigo do homem-Cristo, pois este possui uma humanidade semelhante à minha. Não poderia ser amigo do Deus-Cristo, se esta divindade nele fosse separada, mas como o homem-Cristo é uno, a minha amizade com ele é possível porque é a amizade de um homem humanamente semelhante a mim. Já se sou digno de tal amizade, é outra questão.

Pensamos que a chave para a compreensão do que é a essência e a substância da amizade se encontra no brevíssimo passo da *Iliada* que Aristóteles cita, na *Ética a Nicómaco*, em 1155a 15: «Quando dois vão em conjunto», na versão portuguesa, «deux êtres qui marchent unis», na versão francesa, «When twain together go», na versão inglesa. Na tradução das Belles Lettres da própria *Iliada*, está: «Quand deux hommes marchent ensemble».⁷

As versões são muito próximas. Mas o que é que está de fundamental em causa neste brevíssimo passo do grande poema épico?

A que situação paradigmática se refere este «andar junto», este «andar a dois», este «andar unidos»?

A *Iliada* é riquíssima nestes pares de seres que se amam com uma benevolência recíproca e que constituem paradigmas de amizade, muito antes de Platão ter teorizado o amor em suas muitas formas actuais no seu *Banquete* e Aristóteles ter pensado a «philia». Desde Aquiles e Pátroclo, a Heitor e Andrómaca, ao singularíssimo Ulisses e Penélope, a obra é um mostruário destas relações de bem-querer recíproco e semelhante, que fundam uma vida comum dual, mas una, entre seres humanos excelentes na forma de a sua vida assumir o «logos» necessário da acção no sentido do bem de outrem, e, reciprocamente, instaurando imediatamente o bem-comum, isto é, o cimento de qualquer «polis», tenha ela apenas os dois constituintes do par ou milhões.

O caminhar a que refere o passo da *Iliada* citado é, então, *a co-presença activamente amante* dos que, porque se amam, se acompanham mutuamente os passos na vida, na alegria, na dor, no sofrimento, sem defecção, sem abandono, preferindo morrer a trair o amor pelo amado. Sempre num regime de necessária reciprocidade.

E é neste permanente acto de amor pelo outro que a ligação possível com o acto-puro/motor-imóvel pode radicar, dado que, neste acto de amor, em cada um destes actos de amor, mutuamente, pode fazer sentido tal ligação, pelo menos de modo análogo. No amor ao amigo há já e sempre amor ao «telos» que o habita e o move e que é amor, em última análise, ao próprio acto-puro, como «telos» final de tudo. Mas, se este «telos» é inalcançável, o «telos» próprio de cada amado, pelo contrário, é atingível, dada a sua necessária finitude, selada pela morte.

Só a morte demonstra de forma cabal se houve ou não amizade.

Neste sentido, a amizade é um caminho de vida, mas um caminho para a morte, não uma morte qualquer, mas uma morte que é o culminar de um acto de amor que não terminou em e por

⁷ HOMERO, *Iliada*, Canto X, v. 229 (citado da tradução francesa, *Iliade*, tradução de Paul Mazon, notas de Hélène Monsacré, Paris, Les Belles Lettres, 2007, p. 71).

si próprio, mas apenas porque foi interrompido – no caso da doutrina aristotélica, *aniquilado* – precisamente pela morte. O amor por si não cessa, não se-cessa, é cessado pela morte.

Como o amor é o acto de exercício do bem do outro, em cada acto de amor, contribuo para que o «telos» próprio do outro se possa realizar e se realize. Este acto de amor não é, evidentemente – mas, em contexto de raridade da «philia» tal tem de ser dito expressamente –, um acto em que eu realize algo que depende não do bem próprio possível do amado, mas de um capricho meu, no que é a definição mesma do acto de tirania, mas *uma liturgia ao seu bem possível*. A amizade tem como contradição a tirania, se há amizade, não pode haver tirania; se há tirania, não pode haver amizade.

Assim, no acto de amizade, não é propriamente ao que o amigo é que eu amo, mas *ao que ele pode ser*, ao melhor de sua possibilidade própria. E é este o acto de amor ao seu «telos» como melhor possível de si próprio. Esta forma necessária de a amizade ser em cada um de seus actos corresponde perfeitamente ao que Platão designa como bem-comum. Deste modo, imediatamente, tal permite-nos perceber a razão pela qual Aristóteles pensa que a amizade é o laço de união que permite a cidade.

É este amor incondicional e mútuo ao bem possível do outro que permite que se possa constituir uma comunidade, que não é uma comunidade de interesses e muito menos uma comunidade de mesquinhos interesses onfalocêntricos, mas *uma comunidade que é fundada na mútua benevolência em acto*. Esta mútua benevolência indefectível, se universalizada, torna-se mecanicamente no bem-comum, na «polis» actualmente perfeita, no que será, mais tarde, noutra forma de pensar, a cidade de Deus, feita do amor universal dos seres humanos uns pelos outros, na sequência análoga do amor genésico incoativamente dado por Deus.

Esta linhagem de pensamento, que se originou na vetusta mítica Homérica e que termina com a *Cidade de Deus*, de Agostinho, reveste-se de uma nobreza e de uma beleza ética e antropológica ímpares na história da humanidade, história maioritariamente escrita com as façanhas de bestas depredadoras, de tiranos e de humanas entidades menores, sempre prontas a crescer ontologicamente às custas da parasitação de seus, por si renegados, semelhantes. É também este o mundo recuperado, modernamente, a partir da analítica política de Hobbes, e que ainda hoje constitui o referencial prático e pragmático da vida política universal, salvo raríssimas excepções.

Lembremo-nos, por exemplo, do mundo da competição bestial e depredatória em que nos encontramos imersos, que teve o seu paradigma e, até agora, corolário na teoria formulada por Hitler em *Mein Kampf*: a vida é uma luta impiedosa em favor do meu bem ou, analogamente, do

bem do *meu* povo, em detrimento de ti e do teu povo, universalmente: o meu bem passa pela tua aniquilação, se assim eu o decidir.

A amizade é, assim, o amor pela melhor entelêquia final e medial sucessiva de esse a quem se ama.

Mas é também uma forma de dupla contemplação do absoluto do acto presente no ente que se ama. A amizade é, deste modo, realização do nível mais alto da acção humana, precisamente a contemplação do absoluto de ser presente em cada acto, que é o mesmo que contemplar indirectamente o absoluto teleológico do acto-puro presente em cada ser humano, na forma do absoluto que indirectamente convoca cada ente, em seu mesmo acto, a ser. Ao contemplar, directamente, o acto do outro, contemplo, indirectamente, nele, o acto-puro que é o seu «telos» último transcendente. Para o amar, tenho de contemplar o que é e, no que é, o que pode vir a ser em seu melhor possível. Em última análise, o melhor possível em cada ente humano é a presença indirecta do divino nele.

Assim sendo, na amizade, na forma perfeita, há uma dimensão metafísica e uma remissão para o divino. O acto de amor pelo amigo faz deste um altar em que se celebra a liturgia ao deus que é a sua possibilidade. Amar um amigo, é ser imediatamente do estofo do divino, ainda que do longínquo divino ao modo aristotélico.

Mas esta intangibilidade absoluta do divino por parte do finito ser humano é símbolo da intangibilidade do amigo, pois o nosso acto para com ele é mesmo uma liturgia, serve-o no melhor que tem e que é a sua possibilidade, mas nunca permite, se se quiser assegurar a continuidade do acto como acto de amor, que se interfira violentamente com o ser do amado.

O acto de amor respeita em absoluto o bem possível do outro. *O amor é impossível com a violência.*

Tal implica que o acto de amor seja, muito aristotelicamente, um acto que cumpra e que cumpre sempre de modo perfeito a «mesotes», a situação medial do acto real entre possibilidades extremas, ambas violentas quer por defeito quer por excesso. O acto de amor para com o amigo é sempre um acto que medeia o seu bem possível, com a necessária energia («energeia» = acto), essa, única, que é capaz de conseguir tal melhor bem possível.

Para que tal se possa conseguir, sendo a realização de uma extrema dificuldade, implica que a relação entre os amigos seja mediada por instrumentos práticos e pragmáticos que permitam avaliar na perfeição o que é necessário e como é necessário e o que adequadamente fazer. Que instrumentos são esses?

Antes de tratarmos da instrumentalidade da amizade, apontemos como modelo perfeito desta mesma instrumentalidade o caso do par de amigos Ulisses-Penélope. Ambos se revelaram exímios conhecedores não apenas um do outro, mas das necessidades de cada um outro e de ambos, em contexto e em contexto evolutivo e complexo. Ambos se revelaram mestres no modo como construir instrumentos e em como os operar de modo a servir o bem-comum de sua amizade, tendo como fim único e inexorável o seu reencontro como elementos de uma plena unidade metafísica própria, mas também ética, política, antropológica e física, intensamente carnal, que tudo transcendia e que tudo venceu para que finalmente tal unidade fundamental a dois fosse reconstruída, na que foi a noite mais longa da história da humanidade. Esta noite celebrativa foi dom divino, operado pela deusa Atena.⁸

O mundo da amizade é um mundo de mediações, impossível sem estas. Estas mediações são aquilo que podemos designar como a *carne da amizade*, num sentido que transcende toda a denegação da dignidade física da mundanidade humana e em que o corpo não é um sarcófago da vida, mas a sua mediação política, única possível, como muito bem sabia Aristóteles, e como o próprio Platão, que testemunhou a morte de Sócrates, tinha obrigação de saber.

Ora, que melhores instrumentos para analisar o carácter mediacional da amizade do que aqueles que o próprio Aristóteles forjou? Vamos, assim, usar a categorização aristotélica para analisar a amizade. Iremos debruçar-nos apenas sobre a forma de amizade pura propriamente dita; as formas menores poderão ser sujeitas a uma análise semelhante.

Finalidade da amizade

A finalidade extrínseca da amizade consiste em assegurar a mediação política geral que permite o bem-comum, que é o acto unificador da «polis». Sem qualquer um dos níveis da amizade, não é possível existir cidade, pois, sem a relação unitiva que a «philia» é, sem o amor interesseiro, prazenteiro e oblativo, todos eles mútuos, *não há como unir os indivíduos humanos*, que, por meio destes três tipos de amor recíproco, em acto, são o acto da cidade, a sua dinâmica e cinética enteléquia em permanente evolução. A dinâmica e a cinética deste movimento, isto é, o que é alterável e se altera, correspondem ao que na cidade é accidental; o que nela é substancial é o amor que suporta tais acidentes. Podemos, assim, definir a cidade como o substancial acto geral de amor filético que tem como acidentes todo o pormenor em que tal acto de amor se concretiza.

⁸ HOMERO, *Odisseia*, Canto XXIII, vv- 241-246.

A substância é a amizade, os acidentes são o diverso do pormenor concreto, potencial e cinético, com que tal amizade vai sendo constituída. Aqueles mudam, esta permanece, sob pena de não haver amizade, de nunca haver amizade, mesmo de nunca ter havido amizade, pois ela é um acto total que recebe a sua caracterização substantiva apenas aquando da morte de pelo menos um dos amigos. Se não tiver sido constante, não foi, pura e simplesmente. A amizade é, realmente, algo de muito raro.

Mas há uma finalidade intrínseca ao acto de amizade. E é desta finalidade intrínseca que depende a finalidade extrínseca acabada de expor. Intrinsecamente, o acto de amizade tem como finalidade o serviço à possibilidade de ser dos que, através dele, se amam. A amizade é, assim, duplamente litúrgica do ponto de vista político, mas também do ponto de vista ético.

A amizade é liturgia – serviço – do ponto de vista político, pois, quer no âmbito intrínseco à relação – entre os amantes – quer no âmbito extrínseco – da cidade –, cada acto que a consubstancia é um acto de serviço ao bem do amado e, assim, transcendentemente à cidade, a todos os seres humanos que a constituem; todos a todos, numa universal reciprocidade (note-se que é esta a noção platónica de bem-comum, a que Aristóteles é, assim, fiel).

A amizade é liturgia do ponto de vista ético porque é um acto pessoal – não há outro modo de o dizer, respeitando a sua grandeza antropológica – de serviço quer ao âmbito intrínseco do bem possível dos amantes quer ao âmbito extrínseco do bem comum da cidade como um todo. Sem cada um destes actos pessoais de amor filético, não há e não pode haver amizade intrinsecamente considerada, mas também não pode haver amizade extrinsecamente considerada, isto é, não pode haver cidade. Ora, desde a análise platónica que se sabe que sem cidade não é possível haver humanidade.⁹

A substância da humanidade, politicamente entendida, é o próprio acto de amizade. Tal é a sua importância.

Compreende-se, agora, melhor o que Aristóteles quer dizer quando afirma que sem amizade não tem a vida humana grande valia.

⁹ Ver nossa investigação em PEREIRA Américo, *Estudos platónicos*, Covilhã, Lusosofia Press, 2015. Acessível em www.lusosofia.net.

A amizade segundo a quadratura das causas

Causa final

Deste modo, pode perceber-se que a causa final da amizade reside na própria *possibilidade de ser* da humanidade como tal. Isso que, absolutamente, move, faz mover, a amizade, isso que convoca o seu acto é o absoluto do *poder-ser* da humanidade. Sem esta causa final, não haveria mútuo acto de amor, micro ou macropoliticamente entendido, e não só nunca teria havido humanidade como nunca poderia haver humanidade. Se a humanidade tem uma origem histórica, a sua origem histórica depende desta possibilidade, possibilidade que é sempre algo de metafísico. Todas as mediações formais constituídas pelas outras três causas associadas a esta nada mais fazem do que servir este fim metafísico absoluto. Platão diria que há uma ideia de amizade, Aristóteles diria que não, mas encontrou o modo de explicar como é que a estrutura real total deste acto decorre de um fim absolutamente determinante. Platão teria percebido que o discípulo tinha encontrado a mediação que ele não fora capaz de explicitamente achar.

Forma/causa formal

A forma da amizade consiste em ser um acto recíproco de activa benevolência entre seres humanos. Em termos lógicos, pode definir-se assim, num esquema aplicável aos três níveis: A ama B e B ama A num mesmo acto, isto é, concomitantemente. Tal implica que haja uma relação, que pode ser distanciada no espaço, mas que tem de ser coincidente no tempo: estejam os amantes filéticos onde estiverem, os seus actos de amor têm de coincidir no tempo. Tal implica que este acto anule o espaço físico, pois dá-se numa simultaneidade lógica, uma vez que a simultaneidade física é impossível. Esta mesma partilha do tempo por estes actos implica que um e o outro acto façam necessariamente parte de um mesmo acto biunívoco, que pode ser simbolizado por uma mesma recta, que tem apenas uma direcção, mas dois sentidos. A amizade em acto é esta recta em que o acto de amor recíproco tem apenas uma direcção, mas necessariamente dois sentidos convergentes na e pela recta suporte.

A forma da amizade, a sua causa formal, isso que formalmente a causa é, é este acto único constituído por dois movimentos segundo uma mesma direcção com dois sentidos, apontando cada um deles para cada um dos extremos de tal recta. A recta é o acto de amor recíproco, os sentidos, isso para que tal acto se dirige. A amizade em acto não é apenas a recta, mas o conjunto total da relação que a recta simboliza, relação que, para ser, põe os próprios sentidos e isso para

que apontam. Não é, assim, despidendo dizer que a amizade cria os amigos, sendo-lhes logicamente anterior, como a forma é sempre relativamente aos formáveis e aos formados. Tal sucede porque a forma depende apenas da finalidade e esta põe o todo da relação como absoluto de possibilidade, relacionáveis incluídos.

Matéria/causa material

A matéria da amizade é constituída pelos amigos *como algo a amar*. É cada um dos seres humanos *como passível de ser amado*. Se a forma coincide com o esquema de possibilidade do acto de mútuo amor, a matéria é isso sobre o qual tal esquema pode ser aplicado. A matéria do acto de amizade é o outro como amável. Se não houvesse outro ou outros amáveis a amizade seria impossível, pois, havendo formalmente a possibilidade de amar, nada haveria a que amar. Por outro lado, a humanidade como um todo nada mais é, à partida, formalmente, do que amável. E poderia continuar para sempre apenas assim, mesmo na presença também formal da forma da amizade, desde que não houvesse actualização de tal forma em tal matéria. Tal actualização é a mediação intrínseca da amizade e coincide com a sua causa eficiente.

Causa eficiente

A causa eficiente da amizade é cada um dos actos de amor que existem entre os amantes. São estes actos que realizam a amizade. Sem eles, a relação seria apenas uma forma, isto é, uma pura possibilidade. Os actos de amor recíprocos fazem incarnar a amizade.

Tal implica que, para que haja cidade, tenha de haver realização, eficácia, dos actos de amor. Quanto mais eficazes forem estes actos, tanto melhor é a cidade. Uma cidade em que todos os actos de amizade correspondessem ao seu modo perfeito, seria uma cidade perfeita, em que nada do que dependesse da acção amante do ser humano faltaria. Poderia faltar tudo o resto, todas as riquezas, todos os outros bens, mas tal não faria com que faltasse a perfeição do acto da amizade, logo, do acto da «polis». É por causa desta perfeição eficaz, em sua mesma eficácia, que a cidade é, não apenas possível – esta possibilidade depende da sua finalidade e da sua forma –, mas *realizável*. A realização da possibilidade depende da eficácia disponível e em acto.

É esta eficácia em acto que torna a vida segundo a amizade humanamente digna e humanamente desejável, é a sua ausência que torna a vida propriamente humana não apenas não-desejável, mas realmente impossível.¹⁰

A amizade segundo o binómio potência/acto

Potência

A potência da amizade é dupla e consiste quer na possibilidade de haver amizade, sem mais, no que é uma estrutura lógica transcendental e transcendente, quer em haver agentes capazes de realizar tal possibilidade, isto é, potentes para tal. Tudo começa pela potência de amar outro. Tudo passa pela actualização desta potência. Tudo termina no acto, sempre efémero,¹¹ do amor recíproco.

Esta efemeridade deve-se ao facto de a amizade ser um acto que só é verdadeiramente ajuizável como tal quando já não há a possibilidade de haver uma sua cessação por iniciativa de um dos amigos, isto é, quando pelo menos um dos amigos morre: então, nunca tendo havido qualquer acto que negasse a amizade, esta pode ser julgada como um acto continuado, sem solução de continuidade, constituído pelo acto de amor – efémero – entre dois amigos/amantes (seres que se amam). Antes de tal cessação, a efemeridade da amizade por causa da efemeridade dos actos que a constituem é sempre uma ameaça. A amizade é potente em cada possível acto de amor concreto e é potente como acto terminal perfeito em que a perfeição sucessiva de todos os actos parciais se consolida e consuma. Assim acontecendo, a amizade ganha foros de eternidade. Se aplicarmos a este acto perfeito o sentido platónico de aperfeiçoamento possível até uma perfeição passível de garantir uma felicidade eterna, presente no final do «Livro X» da sua *República*, no famoso «mito de Er»,¹² poderemos perceber que ambos os amigos garantem para si, através da perfeição da amizade, uma felicidade eterna e que a amizade é a porta perfeita quer para a felicidade terrena – Aristóteles – quer para a felicidade, sem mais – Platão.

¹⁰ É interessante perceber-se como, nos campos de extermínio nazis e afins, tudo se fez para eliminar a possibilidade da amizade, logo, da «polis», impedindo, assim, a união das pessoas, o que facilitou a sua submissão e controlo. Tal não foi conseguido cabalmente em Treblinka, onde surgiu um bem sucedido movimento político e no gueto de Varsóvia, que se constituiu em cidade libertadora, promoveu uma batalha com os nazis, tendo pago o preço da humana dignidade com a exterminação quase completa das pessoas assim unidas. Tal unidade não teria sido possível sem uma verdadeira amizade tríplice e perfeita. Em Auschwitz, em vez da sigla «O trabalho liberta» deveria estar a sigla «Aqui é impossível a amizade». Aristóteles teria imediatamente compreendido o seu alcance e consequências.

¹¹ Ver, infra, ponto dedicado ao «tempo».

¹² 614b-621d.

Acto

O acto da amizade é a realização da possibilidade de se amar em reciprocidade. Este acto é um movimento de actualização, mas é, sobretudo, *um ápice ontológico*, ético e político, antropológico também, *de realização da humanidade*. Sempre que dois ou mais seres humanos se amam mutuamente, especialmente no nível puro desse mesmo amor, a humanidade atinge, em acto, nesse acto complexo, o seu máximo possível, assim real como precisamente acto. Neste cairótico momento, a humanidade aqui em consideração não poderia ser melhor do que o que é. Se se mantivesse a este nível, a humanidade estaria sempre vivendo no acto do melhor de si própria, plenitude perene do bem-comum, forma e acto pleno e perfeito da amizade, amizade absolutamente perfeita, no que seriam os verdadeiros Campos Elísios, sempre sonhados, mas nunca realizados. Coisa possível para seres humanos, não apenas para deuses.

É esta comovente possibilidade que está em causa no mito de Prometeu, especialmente na versão que dele Platão dá em seu *Protágoras*.¹³

A amizade segundo as categorias

Substância primeira

A substância primeira da amizade é o seu próprio acto: é o que cada acto real, concreto de amizade é em si mesmo. Como cada acto de amizade é um acto de amor recíproco entre dois ou mais seres humanos, a substância primeira da amizade é este acto de amor recíproco. De notar que, sendo a amizade um acto de relação, sem querer, *Aristóteles substancializou a relação de amizade*.

Na amizade, a relação deixa de ser uma categoria aplicável a uma substância, mas é, ela própria, a substância do acto em causa.

Tal prova que os grandes pensadores, porque pensam uma realidade que realmente conhecem, superam, muitas vezes, as baias teóricas que a si mesmos se impõem, vendo muito mais além do que tais baias permitiriam se servissem de antolhos ao pensamento.

¹³ Ver nosso estudo: «Prometeu salvador. O mito de Prometeu presente no *Protágoras*, de Platão», in PEREIRA Américo, *Eros e Sophia. Estudos platónicos II*, Covilhã, Lusosofia Press, 2015. Acessível em www.lusosofia.net.

Substância segunda

A substância segunda da amizade diz-se propriamente da sua transcendentalidade a todo o acto de amor recíproco de que cada acto constitui a sua substância primeira.

Esta transcendentalidade obedece não apenas ao sentido de acompanhamento universal de todo o acto de amor recíproco, mas também implica a sua universalidade: todo o acto de amor recíproco, na sua efemeridade, é um acto de amizade. É esta mesma transcendentalidade que constitui o carácter unitivo da amizade relativamente ao diverso possível dos actos que podem constituir uma cidade. Sem esta transcendentalidade, tais actos diversos, diversos permaneceriam e não haveria cidade alguma. A transcendentalidade da amizade transforma, metamorfoseia um mero agregado de actos de relação num único acto de amor recíproco, unidade que cria a cidade em sua diferença própria, substância primeira física da cidade, isto é, natureza concreta incarnada na cidade.

Quantidade

A quantidade é uma categoria fundamental na amizade. Não pode haver amizade de um só. Para que possa haver amizade, tem de haver dois ou mais seres humanos em relação de amor mútuo. Ora, dois ou mais seres humanos em inter-acção constituem imediatamente o âmbito do político. O que diferencia a amizade como acto político é que tal inter-acção seja necessária e universalmente um acto de mútuo amor.

Por outro lado, a amizade instaura a unidade do diverso, pelo que, sob este ponto de vista, a sua quantidade é unitária: apenas uma amizade constitui a «polis», como seu acto de inter-acção amorosa recíproca universal, ou não há cidade.

Qualidade

A qualificabilidade da amizade é plurívoca. Mas, na sequência da lição platónica, apenas o que recair sob a égide do bem de cada um dos relacionados é aplicável com propriedade à amizade. Assim, da amizade deve dizer-se que é boa porque é o acto transcendental do bem dos seus sujeitos-objectos.

Relação

Já foram tecidas importantes considerações acerca desta especial categoria, para as quais remetemos. No entanto, releva-se que a amizade é uma relação e é-o substantivamente, no que não obedece ao comum esquema categorial aristotélico.

Lugar

O lugar da amizade é a «polis». Todavia, *é a amizade que institui a cidade*. Assim sendo, é a amizade que institui, que marca e demarca aquele que é o seu lugar. O lugar da amizade é todo o mundo humano formado por dois ou mais seres humanos que se amam reciprocamente. Por outro lado, há mais dois lugares próprios da amizade, que são, por um lado, a relação que a constitui, lugar lógico seu, por outro, o âmbito da interioridade ética própria de cada amante filético, em que se gera o acto de amor. Sendo recíproco este acto, o lugar de tal acto de amizade é duplo, pois, situa-se em ambos os âmagos éticos dos que assim se amam.

Tempo

O tempo da amizade é toda a medida da diferença, isto é, do absoluto do movimento que o acto de amor recíproco produz, cria. *A amizade dura o que dura tal acto*. Mas cada um destes actos, porque é um acto de possibilitação do outro, abre um horizonte metafísico, horizonte do possível em termos de seu absoluto formal. Assim sendo, cada acto de amor filético transcende o tempo e insere os amantes na eternidade. Eternidade paradoxalmente efémera, a menos que a amizade seja indefectível, não apenas se prolongando no tempo, como se costuma pensar, mas sendo na eternidade da possibilidade assim perenemente renovada. *O tempo da amizade é o tempo da abertura ao eterno*. Talvez seja esta verdadeiramente a grande razão pela qual não se deseja viver sem a amizade: que o outro queira a minha eternidade; que eu queira a eternidade do outro.

Posição

Sem vão jogo de palavras, pode dizer-se da amizade que é a verdadeira «posição» humana, a verdadeira «tese» da humanidade. Mais do que um modo geométrico-espacial de se estar, a posição considerada relativamente à amizade implica a tese recíproca em termos onto-antropológicos que o acto de amor recíproco impõe. *Cada um dos amantes põe absolutamente o outro ao amá-lo*. Cada um deles é assim posto pelo acto de amor do outro.

O outro é posto de dois modos: como realidade concreta amada e como possibilidade. Como realidade concreta amada, pois o acto de amar é dirigido a uma substância primeira; como possibilidade, pois esta substância primeira, como amada, neste e por este acto, é amável em e por eventuais outros.

Reside aqui o carácter efémero da amizade em cada acto – ou, se se preferir, de ameaça de absoluta efemeridade da amizade em cada um de seus actos, antes de cada materialidade destes se actualizar em mais um acto de amor –, pois a ele corresponde uma enteléquia actual – no que o acto de amor é – e uma enteléquia objectiva – no que é o acto do eu que ama –, que são sempre não-últimas, isto é, que são, enquanto enteléquias de amor em acto – amante e amado, reciprocamente – potências para eventuais outros actos.

Esta dupla tese ou tese humana em duplo acto, assume imediatamente um carácter activo e passivo. Cada acto de amor pelo outro afirma o outro como fim desse mesmo acto e cada um é afirmado pelo acto recíproco do outro.

Posse

O que é que a amizade possui? Fundamentalmente, a amizade possui a forma da «polis». Esta posse não é algo de extrínseco, mas coincide precisamente com o que a amizade é como forma da possibilidade da cidade. Assim, a amizade possui a possibilidade de ser da cidade. Esta posse é intrínseca porque coincide com o que a amizade é em si mesma. A amizade é a possibilidade da cidade. Nesta coincidência, a amizade é paradigma do que é a verdadeira posse, pois só se possui verdadeiramente aquilo que se é, a posse é sempre algo de interior ao próprio ser, em forma lógica, de «logos» – possui-se o sentido – não havendo posse de algo exterior.

A amizade é o acto fundamental da vida do ser humano porque é, deste ponto de vista, a posse do único acto plenamente humano que pode ser possuído pelo ser humano, o acto de amar. O mais são paixões.

Acção

Fora do âmbito puramente formal, não há amizade senão em acto. Assim sendo, concretamente, a amizade é sempre um acto. Todavia, é sempre um acto que é constituído por concomitantes actos de amor recíproco. Não há, deste modo, amizade que não esteja em acto. A amizade é sempre uma realidade prática. Não há, em acto, amigos teóricos ou amigos puramente

possíveis. Ser amigo possível é fazer parte de uma estrutura transcendental puramente lógico-teórica, mas sem realidade prática.

É esta a razão profunda pela qual há tão poucas relações de verdadeira amizade, no seu sentido mais puro. É que a amizade, sendo necessariamente prática, obriga a um constante esforço activo de bem pelo amado. *A amizade é transcendentalmente providencial do bem do amado.* Cada amigo funciona na relação como se de um Deus providente do bem do amigo se tratasse. Assim sendo, percebe-se melhor a razão pela qual a amizade pode ser dita criadora, pois, cada acto de bem posto para o amigo, é um acto que o cria, dado que, mantendo-o no ser, no bem, lhe mantém a sua possibilidade própria de ser. E é através desta rede de actos de recíproco amor que posso construir a cidade. Esta é o acto universal de amor mútuo que mutuamente mantém os seres humanos no ser.

Paixão

Há, também, uma necessária dimensão passiva na amizade, mas passividade que é posta pelo acto de amor. Ao amar alguém, faço desse objecto do meu amor um sujeito que é o receptáculo de meu acto. Como receptáculo, é paciente, não é agente. O próprio da amizade consiste em que, sendo um acto de amor recíproco, tal paciente, porque ama quem o ama, é, nisso, agente. Logo, a amizade é uma relação em que os relacionados são concomitantemente agentes e pacientes.

Física e metafísica da amizade

Há uma física da amizade?

Sendo a amizade um movimento, há necessariamente uma física da amizade. No limite, sendo a amizade o movimento que permite que haja cidade, aquela mobiliza todos os recursos necessários para a constituição desta. A física da amizade é a física da cidade. Se ao termo «física» quisermos dar o sentido de «natureza», que lhe é próprio, podemos dizer, neste contexto, que *a natureza da amizade é estruturalmente a natureza da cidade.*

Tal implica que, por exemplo, do ponto de vista económico, a física da amizade seja o que deve impor o modo de governar à física da economia, como, a seu modo, Platão já tinha

percebido:¹⁴ toda a riqueza económica da cidade é um bem ao serviço do bem-comum, isto é, da aplicação prática e pragmática da natureza da amizade ao domínio da política. Sem respeito por esta física própria, cai-se em formas pré-caóticas, na anarquia, na tirania, modos de ser da coisa política que não respeitam a natureza da amizade.

Há uma metafísica da amizade?

Já se aludiu a esta dimensão anteriormente. A dimensão metafísica da amizade é constituída pela sua transcendentalidade formal, logo, transcendente ao domínio físico, como absoluto do poder-ser do ente humano na relação com outro ou outros seres humanos. Este poder-ser segundo um acto de amor recíproco constitui uma forma e todas as formas são, enquanto tais, entidades metafísicas.

Conclusão:

Amizade e felicidade: uma eudaimonia verdadeira? Porquê?

Porque apenas no seio de uma relação perfeita de amizade se pode atingir um bem digno do melhor do que o ser humano é capaz, *através da potenciação prática que o amor de quem ama traz ao amado*. Não é possível ser-se feliz sem viver em amizade e na forma da amizade pura, pois é nesta relação e apenas nesta relação que tal potenciação e sua actualização se dá, se pode dar.

A partir da teoria da amizade e do que significa como radicalidade da relação de amor oblativo, na sua forma mais pura, totalmente centrada no bem do amado, interrogamo-nos se esta «eudaimonia» buscada por Aristóteles não corresponde não apenas a um estado de perfeição do «daimon» de mim próprio, que eu sou, mas à presença, neste «daimon» meu, do acto de um outro «daimon», de esse que me ama, e que é o «bom daimon» que faz da minha vida a vida de um «daimon», assim e apenas assim, bom?

Percebemos, deste modo, melhor, o que representa o «daimon» de Sócrates, que lhe queria bem e que lhe permitiu o acesso ao «kairos» em que culmina a sua vida em paz, em ambiente de felicidade própria, de esperança, servindo de fonte de esperança para os discípulos.

¹⁴ Remetemos para *Estudos platónicos I*, em que este tema é estudado.

Pensem, de novo, em Ulisses e Penélope e em como apenas na presença um do outro, na sua fusão não confundida, encontram a felicidade, esse «bom espírito», abençoado por Atena.

A amizade é, assim, o acto em que o ser humano encontra a possibilidade e a concretização do seu melhor possível. Acto de amor. Único acto de amor que é digno do melhor dos seres humanos. O mais aproxima da bestialidade.

Que amor é este?

O amor de amizade é o ponto mais alto da possibilidade de acção humana e o cumprimento glorioso da evolução antropológica e cósmica, por via da acção humana, encetada com a erótica do próprio «Khaos». Note-se que, no âmbito da mítica pagã helénica, não há deus algum que tenha atingido a sublimidade filética de Ulisses e Penélope.

A amizade faz dos seres humanos superiores aos deuses de um panteão que tarda em ser substituído ou pelos próprios seres humanos, resposta do humanismo tendencialmente ateu, ou por uma outra forma de intuição do divino, precisamente essa que leva Sócrates à morte, Platão à procura de um bem anipotético, Aristóteles à concepção de um acto sem qualquer mácula procaótica. Mas é o mesmo Aristóteles, esse que afasta o divino do humano, que pensa a relação máxima entre os seres humanos como algo em que cada amado funciona como o motor imóvel do amor de seu amante.

Em termos cristãos, falhada a relação indirecta entre o distante Deus criador e o ser humano, não tendo a mensagem de Job sido entendida, é com a encarnação do «Logos» que é possível uma relação directa, carnal, de Deus com os seres humanos: *a encarnação é a possibilidade de os seres humanos travarem amizade com Deus.*

Cristo é Deus feito amigo das humanas criaturas que, ou o amam em acto de possível reciprocidade concretizada, ou o não amam; e a recusa de amar é sempre uma forma de morte, pois é o amor que nos permite viver.

Cristologicamente, o nascimento de Cristo é, com o Menino nos braços de Maria, o primeiro momento em que absolutamente Deus olhou um amigo nos carnis olhos e um ser humano fez o mesmo relativamente a Deus. A «Pietà» é a impossibilidade carnal de o amigo olhar o amigo nos olhos, mas, ainda assim, o amor pelo bem do amigo é tão forte que continua em acto depois da morte deste.

O colo de Maria, não o sepulcro, é o lugar lógico da ressurreição de Jesus: é a proximidade com o ventre da Mãe que humanamente salva, como se Deus pedisse a Maria que, de novo, fosse matriz absoluta do bem da humanidade.

Assim, também em termos cristãos, é a amizade como absoluto do acto de amor recíproco entre pessoas que permite a cidade. O paradigma é a amizade indefectível entre Maria e seu Filho.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, tradução, prefácio e notas de António de Castro Caeiro, Lisboa, Quetzal Editores, 2012.

BAILLY A., *Dictionnaire Grec Français. Rédigé avec le concours d'E. Egger*, Paris, Hachette, [1997].

HOMÈRE, *Iliade*, traduction de Paul Mazon, «Préface» de Jean-Pierre Vernant, notes de Hélène Monsacré, Paris, Les Belles Lettres, 2007.

HOMÈRE, *Odyssée*, texte établi et traduit par Victor Bérard, «Introduction» d'Eva Bérard, notes de Silvia Milanezi, Paris, Les Belles Lettres, 2007.

PEREIRA Américo, *Eros e Sophia. Estudos platônicos II*, Covilhã, Lusosofia Press, 2015. Acessível em www.lusosofia.net.

PEREIRA Américo, *Estudos platônicos*, Covilhã, Lusosofia Press, 2015. Acessível em www.lusosofia.net.

PLATÃO, *República*, «Introdução», tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1980], LIII + 500 pp..

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



PEREIRA, Américo. Da erótica passional ao amor oblativo: a amizade segundo Aristóteles, *Ética a Nicómaco* **Synesis**, v. 8, n. 1, jun. 2016. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=956>. Acesso em: 30 Jul. 2016.
